

EXCLUSÃO SOCIAL E ÉTICA DO HABITAR

SOCIAL EXCLUSION AND INHABIT ETHICS

Doraci Alves LOPES*

Um dia uma amiga disse o seguinte, ao comentar sobre o assunto habitação e trabalhadores sem teto no Brasil: – *Quando olho para um estádio de futebol lotado, penso:– todos tem para onde voltar, voltam para casa, para um lugar, algum abrigo. É difícil imaginar que alguém não tenha para onde voltar.*

Aparentemente trata-se de uma idéia muito banal, afinal todos nós circulamos no espaço público, seja para trabalhar, estudar, comprar algo, mas sempre voltamos para casa. Este fato social tão corriqueiro, familiar, torna-se estranho e perturbador se tivermos que imaginar como seria nossa vida se não tivéssemos um espaço, um endereço, para onde voltar, nos abrigar da rua.

EXCLUSÃO SOCIAL

Grupos sociais que estão socialmente excluídos do direito a moradia podem ser impedidas de voltar todos os dias para o mesmo teto, como é o caso de uma parte da sociedade brasileira. Mas o que vem a ser *exclusão social*?

Quase todos os dicionários ensinam que a palavra significa *ato de excluir; exceção; ato pelo qual alguém é privado ou excluído de determinadas funções*. Esta é uma discussão clássica nas Ciências Sociais, como por exemplo nos estudos de Michelle Perrot, em *Os excluídos*

da história (1988), que aborda as resistências de operários, de mulheres e de prisioneiros de Paris, no século XIX.

Como estamos falando de moradia, então posso deduzir que alguns grupos sociais estão excluídos da *função* de morar, impedido de habitar em sua própria cidade e sociedade, por não terem acesso ao mínimo necessário para sobreviverem. Tornam-se uma *exceção*, uma vez que nossa cultura dominante normatiza o dever de morar, ter endereço legal. Ao mesmo tempo esta mesma cultura não produz para todos o direito humano a moradia previsto pela lei.

O que ensina a Sociologia sobre a *exclusão social* também ajuda na nossa discussão sobre a ética do habitar. Uma das definições mais utilizadas afirma que se trata da impossibilidade de poder partilhar da sociedade, o que leva a uma vivência de abandono, ao mesmo tempo individual e coletivo. São grupos sociais atingidos pela pobreza, discriminados, impossibilitados de se fazerem representar no espaço público. Trata-se de um processo social que impede aos grupos excluídos um acesso estável às relações sociais, econômicas, culturais e políticas. Não dispõem das mínimas condições para apropriarem-se dos bens, riquezas e oportunidades socialmente produzidas, como acontece com outros grupos sociais.

Um estudo da *exclusão social* discute diferentes indicadores sociais para quantificar e

(*) Doutora em Sociologia. Professora da Faculdade de Ciências Sociais. Centro de Ciências Humanas. Membro do Laboratório de Estudos Sociedade, Ética e Cidadania – LESEC – E-mail: doraci@puc-campinas.edu.br

qualificar seus níveis em uma cidade, região, estado ou criar indicadores nacionais. Cientistas sociais podem definir uma pesquisa para saber índices de falta de Emprego, Educação, Saúde, Habitação ou Transporte. É importante ainda o mapeamento espacial da pobreza, tanto para apontar a distribuição de dados quantitativos problemáticos, como para produzir propostas qualitativas de superação da *exclusão social*, isto é, com o objetivo da *inclusão social*. (Sposati,1996)

O produto final do estudo, portanto, não deve ser apenas o resultado comparativo de números estatísticos. O desafio dos pesquisadores está em construir também uma visão integrada da vida social, evitando uma interpretação setorial e unicamente técnica dos dados para a resolução de problemas coletivos.

Pesquisas sociais com uma perspectiva de compromisso com a justiça social certamente podem contribuir para a criação de um processo de discussão entre poder público e os setores populares organizados, interessados em construir políticas públicas participativas. A pesquisa sobre *exclusão social* auxilia, por exemplo, na definição de prioridades de orçamento de uma cidade, do que fazer com o dinheiro público, de preferência decidindo com a comunidade.

Uma relação democrática e contínua entre estudiosos, autoridades do poder público e a sociedade civil organizada é um caminho necessário e possível para o desenvolvimento de políticas públicas de *inclusão social*.

COMBATENDO PRECONCEITOS

Propostas democráticas e populares na área da habitação não funcionam se os preconceitos mais comuns contra os moradores de ocupações urbanas não forem questionados. Assim, continuaremos esta discussão tomando certas representações sociais existentes sobre os trabalhadores urbanos, que estão vivendo uma situação de *exclusão social*. A falta do direito ao trabalho influi no crescimento das ocupações urbanas e as razões são social e economicamente conhecidas, tendo em vista a crise de crescimento econômico produtivo do país a partir da década de 1980.

A visão de mundo conservadora das elites do país desconsidera a possibilidade de qualquer cultura, ética ou valor moral possível na situação de pobreza. Mas são exatamente seus valores culturais a base que sustenta a ação coletiva desta população para lutar por moradia, além das necessidades de sobrevivência. A busca de um trabalho e de um teto são objetivos cotidianos permanentes, de luta pela vida e para se inserir na vida social da cidade e, portanto, da sociedade.

Embora desconhecida, é preciso entender que existe uma *ética do habitar* entre trabalhadores sem teto, tanto quanto existe uma *ética do trabalho*, mesmo entre os que estão desempregados. Esta última questão é amplamente reconhecida pelas ciências sociais. É a partir deste ponto de vista que gostaríamos de desenvolver algumas idéias carregadas de preconceitos.

A primeira diz respeito ao discurso tradicional que justifica ações indiscriminadas de despejo coletivo com repressão policial invariavelmente – a chamada ‘reintegração de posse’ – supondo que os trabalhadores sem teto optam por viver em ocupações urbanas. Nossa investigação em Campinas (SP) indica que antes de ir para uma ocupação urbana, tentam em vão, por todos os meios, manter sua capacidade familiar de pagamento do aluguel, em um endereço legal.

A visão de mundo preconceituosa também costuma afirmar que as ações coletivas destes trabalhadores são ‘orquestradas’ por um único e poderoso grupo político ‘externo’ ao seu meio, que ‘doutrina’ estes grupos para desestabilizar a ordem social da cidade, criando espaços urbanos ‘irracionais’.

Campinas (SP), por exemplo, tem uma periferia complexa, heterogênea, e a questão da moradia expressa esta realidade, como tantas outras cidades do país. Em nossa pesquisa sobre as ocupações urbanas nos anos 90, constatamos uma fragmentação social e política enorme em termos de organização coletiva, e mesmo em termos de apoios políticos externos aos grupos de sem teto.

Existem ainda um número expressivo de ocupações, cujos moradores sequer aceitam alguma interferência política externa à sua organização coletiva na periferia. Isto porque acreditam que terão menos problemas em possíveis negociações

com as autoridades públicas. E existem ainda aquelas ocupações urbanas que tem apoio público de diferentes grupos políticos e, em geral, são as mais noticiadas pela imprensa.

A segunda grande mistificação em torno deste difícil problema social, é a imagem que representa as ocupações urbanas sempre como ‘gente de fora’ da cidade. Esta é uma afirmação tão antiga quanto o surgimento das favelas no país, todas as cidades vivenciam este preconceito. A pesquisa e o arquivo do noticiário diário demonstram exatamente esta repetição da imagem estereotipada: a ‘invasão’ da cidade por ‘gente estranha’. (Lopes, 1997)

Se estes trabalhadores sem teto são sempre ‘de fora’ de qualquer cidade do país, então devemos entender que eles são de lugar nenhum, de um não-lugar, não são ‘nacionais’. Portanto, devem receber tratamento de ‘invasores’ de terra, no caso, simbolicamente significa também que são ‘invasores’ da ‘nação’.

Simmel (1983), um clássico da sociologia alemã, chamou este tratamento social de *fenômeno do estrangeiro*, grupos sociais que podem ser eleitos como ‘inimigos internos’ da própria sociedade. Para este autor o que se rejeita no Outro são os atributos genéricos da pessoa humana, não se permite conhecê-los. O que se estabelece é uma não-relação, porque o grupo rejeitado não é considerado parte da sociedade em que vive.

Os trabalhadores sem teto percebem perfeitamente esta discriminação, esta espécie de ‘expatriamento’ ou ‘exílio’ cultural, o sentido de ‘estrangeiro’ que lhe é dado, principalmente no momento concreto da expulsão, do despejo. Como acumulam várias experiências desalojadoras em suas histórias de vida familiar, resta pensarmos sobre as conseqüências sociais sobre a cidade como um todo. Por isto nosso interesse em voltar ao tema da *ética do habitar*

ÉTICA DO HABITAR

A discussão da *ética do habitar* nas ciências sociais é um tema em aberto, pouco discutido ainda, mas é preciso abordá-lo em certos aspectos. Muitos autores representam a *Casa* como uma

máquina de morar, tais as proporções que podem atingir os conflitos sociais nas disputas pela ocupação do espaço urbano. A *Casa*, porém, não se restringe a idéia dominante de disputa por uma *mercadoria*, um *produto*, ou a um objeto geométrico, material. Tanto quanto o *Trabalho*, ela também é reconhecida como parte da dimensão ética da existência humana. Reparem como *hábitos* e *habitações* possuem a mesma raiz. A origem da palavra *ethos* – comportamento comum ou modo de vida de um grupo da sociedade – tanto pode ser sinônimo de *costumes*, como de *morada*, *habitar*. Portanto, casa e cultura estão intimamente relacionadas, então temos de reconhecer a possibilidade de distintas *éticas do habitar* no espaço urbano e mesmo rural.

Por esta razão é tão comum, e quase sempre inconsciente, o desejo constante de uma ‘casa’ durante toda a vida, desde os primeiros desenhos infantis. O indivíduo que nunca alcançar uma casa-mercadoria, mesmo assim ‘habitará’ alguma ‘casa’ de sua imaginação. Esta é uma das questões essenciais para o entendimento dos movimentos sociais por habitação, muito embora pouco reconhecida socialmente, tanto no plano do conhecimento acadêmico, como no da prática política.

O que sustenta a busca constante por uma casa concreta relaciona-se a diferentes dimensões simbólicas da existência humana, para além das razões econômicas, tais como: a) a dimensão subjetiva, individual, pois o ‘teto’ contribui para proteger a vida interior, possibilita um contato singular com nossos pensamentos e imaginação, envolvidos em lidar continuamente com a complexa e tensa relação que vivemos entre o mundo exterior e o mundo interior; b) culturais, uma vez que ‘casa’ também é sinônimo de família (em suas várias definições); neste caso, o espaço auxilia diretamente na ordenação de determinados valores éticos e morais para a hierarquia e convivência familiar e social; c) devaneios de casa futura, de projetos de vida, revelados em imagens, como desenhos; significa almejar outra forma de vida, autonomia; d) pertencer ao espaço público, expressão de participação política coletiva para estabelecer e cultivar sociabilidades, tanto com o local de moradia

(o bairro) como com o universo social mais amplo da cidade em que vive, tornar-se cidadão.

Entre os sem teto, significa também, como vimos, por fim ao sentimento de ‘pária’, de ‘invasor’, de ‘inimigo interno’ da ‘nação’.

A maioria das políticas habitacionais do país não possuem qualquer relação com as complexas culturas do habitar que nos envolve, mas elas estão no imaginário social dominante: um dos mais conhecidos valores culturais é o tão propalado ‘sonho da casa própria’. (LOPES, 1998)

É preciso cuidado, porém, para não entendê-lo literalmente (apenas a casa-mercadoria, objeto material), mas também de acordo com as várias dimensões da *ética do habitar*. A dinâmica cultural que sustenta a incansável luta por uma moradia dos trabalhadores sem teto – um ‘canto no mundo’ –, mesmo que ilegal, aparece para o senso comum apenas como ‘invasão irracional’ da cidade, ‘ignorância’ destes moradores.

Como a grande maioria destes sem teto estão totalmente submetidos ao modo de vida provisório, portanto, vivenciando o desemprego e um despejo atrás do outro, enfrentam rupturas sociais diversas em suas histórias de vida e identidades. Este processo social reproduz a *exclusão social*. São perdas de relações sociais de parentesco, de vizinhança, de escolaridade, de saúde, religiosas, incluindo um sofrimento moral e psíquico profundo, devidamente ocultado pela vergonha familiar e pelas estatísticas oficiais ou de mercado.

Se a sociologia e outras ciências humanas puderem definir seus instrumentos de pesquisa social como compromissos de humanização do conhecimento, então é preciso reconhecer o papel fundamental da imaginação social e não apenas o papel do pensamento racional na dinâmica da realidade.

Do ponto de vista do estudo das ocupações urbanas, cremos que é preciso reconhecer nestes movimentos sociais por direito a habitação uma capacidade de sonhar, imaginar socialmente, porque são tentativas organizativas coletivas e preparadas por um longo tempo. A grande diferença entre um homem de rua e uma família de sem teto é exatamente a sua contínua tentativa em criar algum canal de negociação com os poderes públicos.

Esta capacidade de sonhar, imaginar outra vida social, está praticamente perdida, na maioria dos casos, entre moradores de rua, conforme indicam as análises sociológicas sobre estes moradores, preocupadas em colaborar com estudos que resgatem sua cidadania. (ROSA, 1995)

Por isto nossa discussão sobre os trabalhadores sem teto também teve este objetivo, abordar a questão da luta pela moradia do ponto de vista da *exclusão social* e da *ética do habitar* por reconhece-los como sujeitos sociais dotados de capacidade de conquistar a sua cidadania, sempre que houver uma relação democrática do Estado com esta população. Devemos considerar estes moradores ‘ocupantes’ e não ‘invasores’, porque a ocupação urbana é o último recurso de moradia e de direito a vida, princípio humano fundamental a ser defendido também pelas ciências sociais contra a exclusão social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANDRADE, Carlos Drumond. *Corpo*. Rio de Janeiro. 10ª ed., Editora Record, 1987
2. LOPES, Doraci Alves. Casa, despejo e cultura do habitar. *Cadernos CERU (FFLCH/USP)*, FFLCH – USP, n. 13, p. 193-209, 2002.
3. ——— “Casa, despejo e cultura. Por uma discussão da ética do habitar de trabalhadores sem teto”, *Humanitas Revista do ICH*, vol. II, nº 02, ago/1998:135-170.
4. ——— “*Marginais da história? O Movimento dos favelados da Assembléia do Povo*”, Campinas, SP, Ed. Alínea, 1997.
5. *Os Anos 90: política e sociedade no Brasil*. Org. Evelina Dagnino. São Paulo: Brasiliense, 1994
6. PERROT, M., “*Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*”, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998.
7. ——— *População de Rua: Brasil e Canadá*. Cleisa M. Maffei Rosa. (org.) Ed. Hucitec. 1995.
8. SIMMEL, Georg. *Sociologia*. Organizador (da coletânea) Evaristo de Moraes Filho, Trad. Carlos A. Pavanelli, São Paulo. Ed. Ática. 1983.

9. SINGER, Paul e BRANDT, Vinicius C. *São Paulo: o povo em movimento*. 4ª ed. São Paulo, Petrópolis:CEBRAP, Vozes, 1983 (1ª ed.1980)
10. SPOSATI, A. de O., “*Mapa da exclusão/inclusão social na cidade de São Paulo*”, São Paulo, EDUC, 1996:126.

SUGESTÕES DE MATERIAIS DIDÁTICOS

Ler, Discutir em grupos e Levantar valores éticos destacados pelos autores, sociais e subjetivos, que influenciam certos modos de habitar a casa e a sociedade em que vivemos. Pesquisar outros valores que envolvem a defesa da vida humana, o direito a habitação e práticas políticas da cidadania ativa.

Poesia de Carlos Drumond de Andrade

Dentro de Nós (Favelário Nacional).

Guarda Estes nomes: *bidonville, taudis, slum, witch-town, sanky-town, callampas, cogumelos, corraldas, hongos, barrio paracaidista, jacale, cantegril, bairro de lata, gourbville, champa, court, villa miseria,*
favela.

Tudo a mesma coisa, sob o mesmo sol, por este largo estreito do mundo.

Isto consola?

É inevitável, é prescrito,

Lei que não se pode revogar
nem desconhecer?

Não, isto é medonho, faz adiar nossa esperança
da coisa ainda sem nome
que nem partidos, ideologias, utopias
sabem realizar.

Dentro de nós é que a favela cresce

E, seja discurso, decreto, poema
que contra ela se levante,
não pára de crescer.

ANDRADE, Carlos Drumond. *Corpo*. Rio de Janeiro. 10ª ed., Editora Record, 1987

Crônica de Ana Miranda

A minha Casa

Cada detalhe significa um instante da minha vida.

Amo a minha casa. Passo quase todo o tempo de minha vida por aqui. É um lugar onde me sinto realmente em paz, pelo senso de intimidade que o ambiente me proporciona. Posso ser feliz aqui, orgulhosa pelo que construí, com muita obstinação. Há marcas e lembranças alheias, que posso pressentir, mas, apesar disso, minha casa é uma das expressões mais reveladoras de mim. Cada detalhe significa um instante da minha vida, um gesto meu, uma fraqueza, um erro, uma escolha, um momento de amor ou de felicidade. Se alguém entra em minha casa, é como se estivesse entrando em minha alma, caminhando dentro de mim, descobrindo quem sou. A sapateira na entrada (andamos descalços dentro de casa), a mesa de vidro, os sofás, o vaso de flores, o aparador antigo, o homem de legumes, de Archimboldo, na parede da cozinha, as cadeiras austríacas, os bancos altos na mesa da cozinha, muitas cestas de fibras naturais, uma pequena adega de madeira, castiçais com velas por todo lado, um bule de ágata com colheres de pau, xícaras inglesas de cerâmica, monstrinhos mexicanos, sereias. Tudo são lembranças pessoais.

Mas não apenas os objetos que a povoam são lembranças pessoais, a própria casa o é: suas cores, seus revestimentos, seus trincos, interruptores, torneiras, venezianas, os pisos, as madeiras, os granitos, a iluminação. Tudo são relíquias, uma grande parte escolhida em alegres reuniões com meus dois amigos arquitetos, regadas a café e pão de queijo, entre conversas sobre política (eles são petistas ferrenhos), ética, música (um deles é compositor nas horas vagas, e tem um talento inacreditável), recordações da adolescência; amigos tão antigos, e nos amamos tanto, que são capazes de compreender as minhas ânsias domésticas mais sutis, minhas necessidades luxuriantes de beleza, proporcionando-me maior refinamento em minha sensibilidade estética. Advinham as cores que me dão prazer, cores austeras, neutras, as texturas que me agradam, o meu sentido de conforto e aconchego. A beleza

simples, o despojamento, a presença calorosa e intensa dos livros, uma divisão justa do espaço entre as pessoas que a habitam, uma casa que é também local de trabalho: tudo foi sonhado, pensado, sentido, conversado, calculado, orçado e realizado.

Uma das qualidades que mais amei em meu marido sempre foi seu desinteresse pelos assuntos domésticos. Ele compreendeu minha necessidade de ter um reino pessoal, e viveu sempre na casa como um hóspede suave, delicado, amigo. Eu era da casa, e ele era do mundo, sempre viajando, sempre trabalhando fora. Dizem que as mulheres inventaram a casa (o fogo, a panela), por sua

necessidade de se fixar para a gestação do filho. A casa é essencialmente feminina. A visão masculina da casa é, quase sempre, sedentária; um lugar onde o homem descansa dos problemas mundanos, onde ele se estende, fica tranqüilo, é recebido para ter amor. A casa para a mulher tem um sentido de movimento, não é apenas o estar à vontade, mas também uma relação de trabalho, ainda que ela tenha um emprego na rua, e de expressão pessoal quase mágica, onde guarda os seus segredos de feminilidade. Minha casa é como se fosse um livro que escrevi, ou um filho que criei.

MIRANDA, Ana. *Revista Caros Amigos*.
Fevereiro de 1999.